Fichamento

Discente: Silvio Henrique Menezes Gomes

Livro: Competência pedagógica do professor universitário

Autor: Marcos Tarciso Masetto

Editora: Summus, São Paulo

Ano: 2003

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

Cap. 1 – Necessidade e atualidade do debate sobre competência pedagógica e docência universitária

Nesse capítulo o autor nos traz duas abordagens que segmentam a estrutura organizacional da educação do Brasil e do mundo.

A primeira em que se valorizava o profissional com experiências reais na sua área de atuação, sem mencionar inicialmente preocupação com o aspecto pedagógico, algo referente a passividade na transferência de conhecimento de alguém que sabe mais e o receptor (aluno ou aquele que não detém o conhecimento):

(...) refletir sobre a estrutura organizativa do Brasil, que desde seu início (até hoje...) sempre privilegiou o domínio de conhecimentos e experiências profissionais (...) transmitidos de um professor que sabe e conhece para um aluno que não sabe e não conhece (...). (pág. 11 e 12)

Concomitantemente, a exigência de competências do profissional de ensino superior era simplificada a um título de ensino superior e experiência profissional em sua área de atuação, onde acreditava-se que *quem sabe, automaticamente sabe ensinar*. Essa abordagem traz um significado importante sobre a concepção de ensino na época em que, ensinar significava ministrar aulas expositivas sobre um assunto de domínio do palestrante (educador), ou seja, mostrar como, na prática, deve ser feito. Mais recentemente as exigências foram mudando e o enfoque à docência, em detrimento meramente profissional, teve importância maior nas instituições de ensino superior:

Até a década de 1970, embora já estivessem em funcionamento inúmeras universidades brasileiras e a pesquisa fosse então um investimento em ação, praticamente exigiam-se do candidato (...) o bacharelado e o exercício competente de sua profissão. Na última década, além do bacharelado (...) exigir cursos de especialização na área e atualmente mestrado e doutorado. (pág. 12)

A segunda abordagem fala sobre os desafios do ensino e como a revolução tecnológica tem impactado na produção intelectual e divulgação do conhecimento, bem como na

formação desses profissionais. A universidade antes era tida como a principal fonte de centralização e renovação do conhecimento, principalmente ao acesso a ele. Hoje, o acesso a informação tem sido facilitado a partir do advento da informática, e por meio de outros centros e espaços públicos ou particulares. Nesse aspecto, a internet foi uma importante difusora e descentralizadora de informação, levando a reflexão do revisionismo das profissões bem como a formação continuada desses profissionais:

(...) o papel do professor como apenas repassador de informações atualizadas está no seu limite, uma vez que diariamente estamos sujeitos a ser surpreendidos com informações novas de que dispõem nossos alunos, as quais nem sempre temos oportunidade de ver nos inúmeros sites existentes na internet. (...) Necessita-se de profissionais (...) com capacidade para produzir conhecimento e tecnologia próprios (...) saber exercer sua profissão voltado para promover o desenvolvimento humano, social, político e econômico do país. (pág. 14 e 15)

Cap. 2 – Docência universitária com profissionalismo

Aqui, o autor pretende apresentar um panorama das mudanças no ensino superior do século XX e discute as competências básicas para um profissional da educação superior. Nesse sentido, as mudanças foram divididas em quatro pontos principais: O processo de ensino; incentivo à pesquisa; na parceria e co-participação entre professor-aluno no processo de aprendizagem e; perfil do docente.

Processo de ensino

Nesse ponto debate-se sobre a importância do aluno como interlocutor do conhecimento, alguém que participa ativa e criticamente sobre o conteúdo transferido, expondo-o a problemas reais a fim de estimular habilidades esperadas àquela profissão, embora tenha como um dos enfoques a geração de sentimento de cidadania e responsabilidade para com os anseios da sociedade.

(...) iniciou-se um processo de buscar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos; de aperfeiçoar sua capacidade de pensar; de dar um significado para aquilo que era estudado (...) o que se busca é que o aluno em seus cursos superiores esteja desenvolvendo competências e habilidades que se esperam de um profissional capaz e de um cidadão responsável pelo desenvolvimento de sua comunidade. (pág. 19 e 20)

Incentivo à pesquisa

Com o surgimento da USP, buscou-se quebrar dois paradigmas dos cursos superiores existentes: unificar ou integrar as diferentes áreas do saber e a produção em pesquisas pelos docentes e alunos desses cursos. Outro aspecto, é que o conhecimento gerado não poderia concentrar-se apenas em divulgações de pesquisas realizadas fora do país "*(...) deveriam se voltar para fazer pesquisa, produzir conhecimento sobre problemas reais e concretos nossos, do Brasil."* (pág. 20)

Isso levou na modificação da organização curricular desses cursos que passou a preparar gradativamente o aluno para lidar com problemas reais do Brasil em que *"(...) o aluno, um pouco mais maduro quanto ao que fazer na universidade e já razoavelmente*

consciente quanto aos problemas nacionais, escolhia uma carreira profissional para nela se formar" (pág. 21)

Assim, o corpo docente deve estar preparado para além de dar aulas, fomentar o conhecimento por meio de pesquisas, além da divulgação e criação de espaços para debates entre seus pares, o que concentraria em *"(...) orientar os alunos na aprendizagem das atividades científicas de investigação, estudo, elaboração de trabalhos*" e traria uma nova metodologia de estudo em que *"(...) um professor com pequeno número de alunos investigando juntos, discutindo juntos resultados, produzindo trabalhos juntos; um estudo cooperativo entre professores e alunos "* (pág. 21) teria muito mais ferramentas para geração de conhecimento a partir de problemas reais do cotidiano.

Na parceria e coparticipação entre professor e aluno no processo de aprendizagem

Aqui, no terceiro ponto citado, o processo de aprendizagem possui a interdependência da participação ativa do aprendiz (aluno) como sujeito do processo. O incentivo na participação do aluno faz com que haja aumento no interesse em determinados temas, que vai além da exigência padrão de conhecimento que estimulará habilidades esperadas do profissional. Um exemplo claro disso é a participação do aluno em projetos de pesquisa, como os de iniciação científica, que induz o aprendiz a buscar mecanismos críticos para resolução dos problemas, bem como elementos investigativos que os instigue na busca do conhecimento. Assim, o professor se torna um elemento importante de coparticipação no sentido de orientar e desenvolver metodologias de parceria entre aluno e professor, por meio de pesquisa e produção do conhecimento:

"(...) a aprendizagem engloba, além dos conhecimentos necessários, habilidades, competências e análise e desenvolvimento de valores, não há como se promover essa aprendizagem sem a participação dos próprios aprendizes. (...) O aluno começa a ver no professor um aliado para sua formação, e não um obstáculo, e sente-se igualmente responsável por aprender. Ele passa a se considerar o sujeito do processo. " (pág. 23).

Perfil do professor

No quarto, e último ponto, busca-se discutir sobre as qualificações desejáveis para um professor do ensino superior.

Em primeira instância, espera-se do professor certo domínio dos conhecimentos básicos em determinada área, além de experiência empírica sobre ele, *"(...) domínio este que se adquire, em geral, por meio dos cursos de bacharelado que se realizam nas universidades e/ou faculdades e alguns anos de exercício profissional"* (pág. 26). Um professor com apenas esses atributos possui um domínio cognitivo defasado e exige-se que este profissional esteja em constante atualização do conhecimento. Essa atualização se dá por meio da participação direta em especializações, eventos científicos, intercâmbios etc, bem como realizando pesquisa.

Em segunda instância, o autor menciona que a docência em nível superior necessita de professores capazes de aplicar técnicas pedagógicas em sala. Nesse ponto em específico salienta que há uma grande carência de professores com esse perfil, seja porque nunca tiveram a oportunidade do contato com essa área, ou por não dar a devida relevância em

sua prática docente. Enfatiza quatro grandes eixos necessários para uma docência equivalente:

"(...) dificilmente poderemos falar de profissionais do processo ensino-aprendizagem que não dominem, no mínimo, quatro grandes eixos do mesmo: o próprio conceito de processo de ensino-aprendizagem, o professor como conceptor e gestor do currículo, a compreensão da relação professor-aluno e aluno-aluno no processo, e a teoria e prática básica da tecnologia educacional." (pág. 27)

Em terceira instância, remonta a importância do professor reconhecer-se como elemento social, alguém que faz parte histórica e culturalmente de um povo:

"(...) Ele é um cidadão, um "político", alguém compromissado com seu tempo, sua civilização e sua comunidade, e isso não se desprega de sua pele no instante em que entra em sala de aula." (pág. 31)

Cap. 3 – Docente de ensino superior atuando num processo de ensino ou de aprendizagem?

Aqui o autor aborda os critérios usados pelas instituições de ensino superior, que dão maior ênfase no processo de ensino que na aprendizagem na grade curricular dos cursos:

"(...) Por isso, a organização curricular continua fechada e estanque, as disciplinas são maximamente conteudísticas e só são oferecidas as concernentes aos assuntos técnicos e profissionalizantes dos cursos, com pouca abertura para outras áreas do conhecimento (...)" pág. 36

Nesse sentido, fala da importância sobre a busca do conhecimento a partir do processo de aprendizagem e como isso impacta no ensino. A ideia central é buscar professores críticos ao saber, tornando-os criativos para o exercício de sua liderança e na procura de uma educação continuada para seus alunos:

"(...) educação continuada não é para se iniciar só depois que nossos alunos deixam a faculdade, é preciso busca-la desde os cursos de graduação, em que formandos devem desenvolver atitude e ações que os ajudem a descobrir a importância de uma aprendizagem contínua, bem como aprender a se manter numa contínua busca de desenvolvimento e educação." pág. 45

Cap. 4 – Interação entre os participantes do processo de aprendizagem

A interação entre professores, alunos, a direção da instituição e, por último, os monitores, são elementos discutidos nesse capítulo. O autor sugere inicialmente uma aproximação maior entre docentes e tornar o processo de aprendizagem multidisciplinar. Isso visa eliminar redundâncias no ensino, bem como uma construção que leve o aluno a um sentido lógico do conhecimento nas diferentes disciplinas ministradas: um elo entre elas.

Por conseguinte, aborda também a importância da interação aluno-aluno, seja na troca de experiências, levantamentos acerca de um determinado assunto provocado a partir de debates, numa relação entre adultos. Já a aproximação aos interesses institucionais da

direção vem como suporte para o processo de aprendizagem no sentido estrutural: reorganização do currículo (grade); espaços físicos; suporte pedagógico, recursos financeiros e equipamentos (tecnologias).

Por fim, mostra a importância a figura do monitor como suporte no processo de aprendizagem. Nessa abordagem, o autor fala que o monitor *"é capaz de captar melhor as dificuldades que os alunos manifestam no curso e na disciplina, e ajuda-los a expor esses problemas ao professor"* (pág. 56) o que pode facilitar a relação e aproximação professor-aluno.

Cap. 5 – O docente do ensino superior e o projeto político pedagógico

Aqui o autor cita algumas diretrizes do MEC para avaliação pedagógica dos cursos, tanto sobre a qualidade do ensino quanto nos critérios para criação dos cursos nas instituições de ensino superior. Nelas é exigido o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) que *"(...) além de definir os objetivos de uma instituição e princípios educacionais orientadores de suas atividades, deverá demonstrar que possui os meios e recursos necessários tanto para cumprir as atuais metas, em um cronograma estipulado, como prever possível desdobramento de suas atividades, os meios e recursos necessários. "* (pág. 60)

Um subconjunto da PDI, e eixo central do capítulo é o Projeto Político Pedagógico que se alia a gestão pedagógica e tem o professor como elemento importante sobre as diretrizes educacionais da instituição:

"(...) Exige que todos os membros daquela instituição educativa participem, trazendo expectativas, os problemas, as propostas, o "como" fazer. (...) A discussão é a estratégia por excelência para veicular críticas e proposições de professores e alunos, funcionários e profissionais da área que vivenciam os problemas do dia-a-dia" (pág. 61)

Cap. 6 – O docente do ensino superior e o currículo de seu curso

Entende-se como currículo tudo aquilo que o aluno deveria aprender. A primeira questão e preocupação é: como organizar de forma ordenada tudo aquilo que precisa ser aprendido?

Inicialmente, autor tenta conceber alguns conceitos sobre tipos curriculares nas instituições. O primeiro deles diz que são disciplinas estruturadas por especialistas que definem por si mesmas o que deverá ser ensinado. Essas disciplinas são oferecidas sem qualquer integração entre elas, cabendo ao aluno, no final do curso, criar elos de aprendizado a partir do que fora oferecido durante os anos de formação.

Segundo, existem os currículos chamados "ocultos". Esses são conteúdos ministrados de maneira pouco convencional e na informalidade, sem estar de acordo com o prescrito nas

ementas definidas pela comissão. São práticas muitas vezes improvisadas de aprendizado, levadas por alguma discussão ou provocação gerada dentro da sala de aula.

O terceiro fala sobre a importância equitativa de cada disciplina dentro do quadro curricular. Não existe disciplina mais ou menos importante. Todas possuem o mesmo grau de importância desde que esteja de acordo com o objetivo central da formação profissional do aluno, que estimule competências e habilidades suficientes para despertar valores e vivências coerentes com o aprendizado.

Finalmente, sugere sobre como organizar um currículo. Nesse tópico o autor usa três vertentes sugestivas: 1) o professor necessita extrapolar os muros da universidade, enxergar as exigências da sociedade, para a partir dessa visão reconstituir um currículo que abrigue essas exigências atuais; 2) preocupação maior com o progresso científico cada vez mais dinâmico e rápido, devido os avanços tecnológicos, em que a universidade deixou de ser o principal centro de construção do conhecimento; 3) definir as características do currículo aliando teoria e prática.

Cap. 7 – Aula: ambiente de aprendizagem e de trabalho profissional do docente

Nos trechos abaixo o autor enfatiza novamente a importância do domínio e experiências adquiridas pelo docente ao longo da vida, bem como reitera que o professor do ensino superior deve criar espaços e canais de diálogo que desperte o interesse do aluno, no sentido de torná-lo protagonista no processo de aprendizagem. No entanto, mesmo que o domínio sobre determinado tema seja relevante ao processo, ele acrescenta que existe um outro aspecto igualmente importante (um "algo mais") que vai além da sua competência em suas áreas de conhecimento: o incentivo a pesquisa e ao pensamento crítico.

"Com o professor (...) uma vez que são valorizados os aprendizes como sujeitos do processo, suas ações participativas, o trabalho em equipe entre o professor e aluno (...), trocar e discutir experiências, criar um clima de segurança e abertura para críticas e pensamentos divergentes." (pág. 75)

(...) Ao selecionarmos professores para o ensino superior, o domínio em uma área do conhecimento e sua experiência nesse campo são imprescindíveis. (...) No entanto, algo mais é igualmente importante (...) Trata-se de um "algo mais", que vai além do domínio do conhecimento e nos marca significativamente para o resto de nossas vidas" (pág. 76)

Além disso, mostra que o espaço físico em sala de aula e sua organização possui um viés importante no despertar, como a organização de cadeiras no formato circular ou oval, que facilita o contato visual entre professores, alunos e aluno-aluno. No quesito pedagógico, sugere imbuir-se de elementos expositivos, aulas em laboratório e práticas extraclasse (visitas técnicas em empresas ou ambientes profissionais).

Cap. 9 – Seleção de conteúdos significativos para uma aula

Inicialmente, aborda que o conteúdo dessas são previamente declarados, possivelmente por antigos catedráticos. Os professores, nesse caso, que ministrarão essas disciplinas, devem comprovar aptidão a partir de seu domínio teórico e experimental acerca de seu conteúdo.

Nesse capítulo o autor traz duas diferenciações sobre o conteúdo a ser ministrado e a concepção de disciplina a partir do objetivo proposto:

1) disciplina como reunião de especialistas de determinado assunto – grupo de especialistas que fazem o conhecimento avançar a partir de pesquisas científicas;
2) disciplina como componente curricular – conjunto de conhecimentos de certa área do conhecimento quase obrigatórios para formação esperada do profissional.

Esses casos ficarão mais claros com as palavras do próprio autor:

"(...) mesmo que a disciplina seja considerada básica para diversos cursos de graduação como a física, (...) temos de levar em conta que os exemplos a serem dados, as aplicações a serem feitas, as relações com as demais disciplinas do currículo e com as atividades profissionais (...) serão diferentes conforme o curso em que a disciplina é lecionada" (pág. 142)

"(...) não é a disciplina que exclusivamente define seu conteúdo. Este depende do curso, do profissional que se pretende formar e de suas necessidades." (pág. 143)

Cap. 10 – Processo de avaliação e processo de aprendizagem

Aqui o autor divide o capítulo em duas partes:

1) *Processo de avaliação: conceito e princípios*

Nesse tópico a discussão tem enfoque nos processos tradicionais de avaliação dos alunos:

a) Avaliação do desempenho por notas, pela fórmula AV = P + N → A/R → J.A. (legendas: AV, avaliação; P+N, prova + nota; A/R, aprovado ou reprovado; J.A., Julgado pelo professor);
b) Julgamento *a priori* do professor sobre o perfil dos alunos, separando-os em dois grupos extremos: aqueles interessados e os "que não querem nada com nada";
c) Abertura do professor a respeito de opiniões sobre de seu desempenho como docente, na maneira de como prosseguir no processo de aprendizagem. Nesse caso, o professor é avaliado pelos alunos de forma colaborativa e espaços de diálogo com os alunos são construídos;
d) A avaliação da adequação do plano estabelecido, como processo de autocrítica (hetero e auto-avaliação).

2) *Técnicas avaliativas*

Para compor as técnicas avaliativas, o autor sugere a seguinte tabela:

Técnicas de avaliação, relacionadas com objetivos e com o que se avalia, e indicação de quem avalia

Avaliação	Objetivos	Técnicas	Avaliadores
(A) Desempenho do Aluno	Conhecimentos	Prova discursiva, dissertação ou ensaio Prova oral, entrevista Prova objetiva: – questões de lacunas – questões falso-verdadeiro – questões de múltipla escolha	Professor Aluno
	Habilidades	Registro de incidentes críticos Lista de verificação Prova prática	Professor Aluno
	Atitudes	Prova oral, entrevista Diário de curso Prova discursiva, dissertação ou ensaio Registro de incidentes críticos	Professor Aluno
(B) Plano	Alcance dos objetivos	Pré e pós-testes Indicadores do aproveitamento Debates	Especialista em currículo Professor Aluno
	Coerência ou consistência interna	Debates	Especialista em currículo e planejamento Professores
	Relacionamento com os objetivos do curso e/ou instituição	Questionário Debates	Professor Aluno Chefes de Departamento Diretores
(C) Desempenho do Professor	Atividade de ensino	Planejamento de disciplina Entrevista Observação	Coordenador Pedagógico Chefe de Departamento Comissões ou colegiados de curso Aluno
	Atividade de pesquisa	Relatórios Publicações (livros, artigos etc.) Teses defendidas Concursos Participação em congressos, seminários e simpósios	Departamento Comissão ou colegiado responsável pela pesquisa

Cap. 12 – Formação pedagógica do docente do ensino superior

Nesse capítulo o autor aborda algumas discordâncias do senso comum do ensino superior. Este senso defende que a pós-graduação, por si, é suficiente para formação de bons profissionais do ensino. Em contraponto, ele defende que a pós-graduação é eficaz na formação de bons docentes na área de pesquisa, mas que não possui a complementaridade pedagógica necessária que foi discutida nesse livro.

Assim, ele sugere *"(...) oferecer uma disciplina optativa de Metodologia do ensino superior, como fazem alguns programas, principalmente da área da saúde ou de educação (...) mas aberta a mestrandos e doutorandos de vários programas (...) para os estudos e análise de práticas pedagógicas, inclusive em áreas diferentes; organizar seminários, workshops ou encontros sobre novas experiências pedagógicas realizadas no ensino superior; incentivar pesquisas sobre o ensino superior nas diversas áreas"* (pág. 184)